

OLIVEIRA, Luciano. Texto, censuras e cesuras: na superfície, na alma e no fundo de *Um Baú de Fundo Fundo*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina; CAPES; bolsista de Doutorado; Maria Brígida de Miranda. Diretor, ator, professor e produtor de Teatro.

RESUMO

Um Baú de Fundo Fundo é um espetáculo infantil, ainda ativo, montado em 1975 pelo *Giramundo Teatro de Bonecos*. No seu texto, ocorre a representação escrita e oral do modo de falar, de pensar e de viver típicos dos habitantes do interior de Minas Gerais. Além disso, é notória a figuração de personagens representantes da ditadura militar brasileira e do desejo de liberdade de expressão e de pensamento. Madu, que escreveu algumas passagens desse texto, que é de autoria de Álvaro Apocalypse, dá informações preciosas dos seus processos de escrita, além de pontuar como burlaram os cortes feitos pela *Divisão de Censura de Diversões Públicas* (DCDP) do Estado de Minas Gerais. Enfim, neste artigo é feita ainda uma breve análise de consequências dos anos de chumbo para o teatro brasileiro.

Palavras-chave: Teatro político infantil. Crítica. Emílio Garrastazu Médici.

ABSTRACT

“*Um Baú de Fundo Fundo*” is an active child spectacle nowadays, created in 1975 by “*Giramundo Teatro de Bonecos*”. In its text it is seen, a written and oral representations in a manner of speaking, thinking and living of a typical Minas Gerais state’s people. Beyond that, the figuration of representatives’ characters of Brazilian military dictatorship and the desire for freedom of expression and thought is very clear. Madu, who wrote passages for this text, which is authored by Álvaro Apocalypse, gives valuable information of their writing processes, as well as mocked the cuts made by the “*Divisão de Censura de Diversões Públicas*” (DCDP) of Minas Gerais. Finally, it is made a brief analysis from the consequences for the hard years of Brazilian theater throughout this article.

Keywords: Political child theater. Criticism. Emílio Garrastazu Médici.

Um palhaço chamado *Libório* chega para fazer uma apresentação em *Pedra Furada*, uma pequena cidade do interior de Minas Gerais. No entanto, ele é proibido pelo *Delegado Godofredo* de se apresentar, pois, nesta cidadezinha, não se podia cantar, não se podia ler poesia, não se podia fazer coisa nenhuma. Além de delegar, *Godofredo* também acumulava os principais cargos públicos da cidade, criando uma ditadura que impedia a liberdade de expressão e coibia o direito de ir e vir da população. Onde se ia, o *Guarda*, braço direito de *Godofredo*, estava a postos para fazer cumprir o regulamento. Todos os lugares eram vigiados, dia e noite. Mas, no fundo de um baú de fundo fundo, uma espécie de caixa de surpresas e de magia, trazida pelo palhaço *Libório*, encontravam-se as ideias e manifestações artístico-culturais que, enfim, abriam a cabeça do tirano “pedrafuradense”. Esta é a história

que nos conta Álvaro Apocalypse e Maria Vivacqua Martins (Madu)¹, com a peça *Um Baú de Fundo Fundo* (1975).

Esse texto, quase em sua totalidade, foi escrito por Álvaro Apocalypse. Entretanto, o trecho a seguir, em que o palhaço *Libório* se apresenta ao público, foi elaborado por Madu:

LIBÓRIO: Cheguei. Enfim cheguei. (Salta para fora do baú).

Ai, cheguei [...] Isso aqui é uma cidade... e naturalmente sou um boneco, como todos podem observar. E um boneco é um ser especial, real, evidentemente, embora viaje em baús e se alimente do sonho, do riso e da fantasia! Ah, tenho também um coração, pequeno por dentro, mas imenso por fora. Um verdadeiro coração de boneco: sem cola, sem pregos e sem parafusos – tesouro ilimitado que herdamos da natureza humana. [...]. (APOCALYPSE e MARTINS, 1974, p. 02).

Para a elaboração desse texto, que tem várias versões disponíveis no *Museu Giramundo*, Madu disse que ela e Álvaro partiram das pesquisas que fizeram acerca das culturas mineiras e brasileiras:

Nós conhecíamos um folclorista, [...] que nos deu vários livros e histórias que ele recolhia. Então nos baseamos nisso. Porque você tem que buscar as histórias que existem no imaginário, né? Mas alguém tem que escrevê-las. Aí usamos as linguagens da lara [...]. Começamos a procurar alguns desses esquetes e fizemos, por exemplo, o *Pescador do São Francisco*. Procurávamos por situações brasileiras e por algumas coisas do imaginário popular. (MARTINS, 2009, entrevista).

Diferentemente do que Madu disse, nessa cena do *Pescador*, nota-se a figuração da lenda da Mãe d'água e não da lara.

Das inúmeras cópias de *Um Baú de Fundo Fundo* encontradas, escolhi uma datilografada que contém a marca de um carimbo com uma assinatura de um censor da *Divisão de Censura de Diversões Públicas* (DCDP) do *Departamento de Polícia Federal* (DPF) do Estado de Minas Gerais. Além disso, essa cópia traz, em diversas páginas, marcações e indicações de cortes feitos pela DCDP mineira. Creio que essa intervenção da censura se deu dias antes da estreia do espetáculo, que ocorreu em junho de 1975. De acordo com Madu, nessa época era muito comum a apresentação de espetáculos exclusivamente para a avaliação dos censores, dois ou três dias antes da estreia.² Contudo, é difícil precisar corretamente o dia da ação da censura haja vista o carimbo da DPF não conter nenhuma menção à data.

As figuras 1 e 2 ilustram alguns cortes indicados pela DCDP mineira a serem feitos pelo *Giramundo*. A primeira delas constitui um carimbo – com um visto – que mostra o número da folha. Já na segunda figura observamos um retângulo feito à caneta pelos censores, além da palavra *corte*, também à caneta, escrita na vertical.

Apesar dos cortes indicados, Madu disse que o *Giramundo* fez o espetáculo na íntegra:

[...] Tínhamos que conseguir um dia só para fazer pra “bosta” da censura. Sentavam dois idiotas lá na frente, ficavam perguntando e cortando as coisas. Mas fazíamos do

1 Madu, Álvaro Apocalypse e Tereza Veloso foram os fundadores do *Giramundo Teatro de Bonecos*, no final da década de 1960, em Lagoa Santa, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. *Um Baú de Fundo Fundo* foi o quarto espetáculo do grupo, estreado em 1975. Contudo, o texto foi escrito alguns anos antes, no início da década de 1970.

2 Madu me passou essa informação por telefone, no dia 15 de abril de 2010, por volta das 11 horas.

mesmo jeito. (Risos). [...] Se a gente conseguisse explicar iríamos conseguir a liberação. [Mas], se tivéssemos que montar com os cortes da censura, não faríamos. E é um texto imenso. [...] Nunca obedecemos. A gente sempre fez. Cortaram, mas fizemos. [...] Nunca tivemos problemas porque eles [não] iam aos teatros. (MARTINS, 2009, entrevista).



Lib - Ora essa...Ora viva!

Com amor e com jeito
eu dobro o prefeito
Com arte e cuidado
um melhor delegado

Figuras 1 e 2: Carimbo da censura prévia da DCDP (folha 2) e corte na nona página do texto *Um Baú de Fundo Fundo* (1974-1975). Fonte: APOCALYPSE e MARTINS, 1974, p. 02 e 09.

Um Baú de Fundo Fundo é um texto politicamente ativo, pois os autores fazem uma crítica muito inteligente e divertida aos atentados contra a liberdade de expressão e de pensamento que ocorriam durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Os personagens *Libório*, *Delegado* e *Guarda* são bons exemplos disso. Já no início do texto, como num interrogatório policial, o *Delegado Godofredo* passa em revista, junto ao *Guarda*, a situação da cidadezinha *Pedra Furada*:

GUARDA: [Imitando um trem de ferro] Tudo em ordem, tudo em paz, tudo em ordem, tudo em paz, tudo em ordem, tudo em paz... (entra o Delegado).

DELEGADO: Alto lá.

GUARDA: Cheguei no horário [...].

DELEGADO: [...] Como está a cidade?

GUARDA: Tudo em ordem, tudo em paz [...].

DELEGADO: E o povo da cidade?

GUARDA: Em casa, conforme o regulamento.

DELEGADO: [...] E as pessoas? [...] Como se comportaram?

GUARDA: Acordaram, tomaram café, foram para o trabalho, trabalharam, almoçaram, tornaram a trabalhar, voltaram para casa, jantaram, deitaram, dormiram. Como ontem, como sempre.

DELEGADO: [...] Ninguém cantou?

GUARDA: Não ouvi.

DELEGADO: Bem. Uma cidade como deve ser: todo mundo em casa, sem meninos nos muros, nada de cantorias, versos e outras maneiras de perder tempo que os poetas inventaram. Um dia de trabalho, uma noite de sono. Eis o nosso lema, soldado. (APOCALYPSE e MARTINS, 1974, p. 1).

O *Baú de Fundo Fundo* foi escrito durante a ditadura civil-militar do general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), que governou o Brasil entre 1969 e 1974. Entretanto, o espetáculo foi estreado quando da presidência do general Ernesto Geisel (1907-1996), que ocorreu entre 1974 e 1979. Geisel deu continuidade a uma abertura política "lenta, gradual e segura" (SILVA *apud* LINHARES, 1990, p.374) no Brasil. Essa transição levou 15 anos para ser completada, estendendo ainda mais o período ditatorial. Tanto que, em 1979, o espetáculo *Cobra Norato* do *Giramundo*, por exemplo, ainda seria censurado.

A ditadura civil-militar no Brasil teve início em 1964, com um golpe que depôs o então presidente João Goulart (1919-1976), o “Jango”, e levou ao poder o general Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), que se tornou o primeiro presidente do regime militar brasileiro. Iniciou-se, assim, um período de mais de 20 anos de arbitrariedades, nos quais vários militares revezaram-se na presidência do país.

Dentre as ações arbitrárias, nos primeiros anos da ditadura, destacam-se: ocupação e destruição de sedes de rádios, jornais, sindicatos trabalhistas, organizações estudantis (como a União Nacional dos Estudantes – UNE) e universidades. Ao mesmo tempo, morte e desaparecimento de inúmeras lideranças sindicais, estudantis e camponesas, assim como a deposição de governadores eleitos. E, por fim, a dissolução de partidos políticos.

A partir de 1968, de acordo com Silva (*apud* LINHARES, 1990, p.370), “o regime se institucionalizou”. Isso fez com que a resistência civil se tornasse mais forte e ocupasse as ruas das cidades, os palcos e as salas de aula. Inúmeros conflitos de rua sucederam-se. Em resposta a esses conflitos é editado o Ato Institucional nº 5, “instrumento básico, doravante, da ação da ditadura, que fecha o Congresso, cassa inúmeros mandatos parlamentares, estabelece a censura prévia, os inquéritos militares sigilosos” (SILVA *apud* LINHARES, 1990, p.368).

Agora, permita-me um aparte, um anacronismo e uma experiência: colocarei o palhaço *Libório* como um militante que participa de movimentos de resistência à ditadura civil-militar, nas ruas de uma supostamente pequena Belo Horizonte, no final da década de 1960:

LIBÓRIO: (Vai para o meio da rua) Povo desta cidade, neste baú eu tenho um remédio para vocês! Basta somente que...

DELEGADO: Alto lá! Alto lá!

LIBÓRIO: Epa!

DELEGADO: Quem é o senhor, de onde vem, para onde vai? Apresente seus documentos, ande, depressa. Idade? Profissão? Número do CPF. Rápido. Rápido!

LIBÓRIO: Documentos?

DELEGADO: Sim, documentos. Carteira profissional, imposto, seguro...

LIBÓRIO: Mas que documentos? Não sou gente, sou um boneco. [...] Nunca vi bonecos com documentos. Documento.

DELEGADO: Alto lá. Eu também sou boneco e tenho documentos. [...] Nota fiscal é documento. [...] Ora essa. De-sa-ca-to! Puro desacato. (APOCALYPSE e MARTINS, 1974, p. 5).

Voltando à ditadura civil-militar. Em 1969, um “golpe dentro do golpe” (SILVA *apud* LINHARES, 1990, p. 371) leva ao poder o general Médici. Assim, os cinco anos seguintes constituiriam a fase mais radical do regime militar, na qual o desaparecimento de oponentes políticos, militares, artistas, jornalistas e escritores suceder-se-iam com frequência. Logo, a repressão abate-se, também, sobre os intelectuais, artistas de diversas áreas e estudantes, principalmente universitários. Obras teatrais foram proibidas, teatros foram invadidos e teatrólogos, como Augusto Boal, em 1971, foram expulsos do país. Aliás, Álvaro Apocalypse, em 1969, precisou sair do país, conforme atesta Martins (2009, entrevista):

O Álvaro foi para a Europa praticamente fugido, porque estava listado para ser preso. Por sorte, e isso foi uma coisa de Deus, ele ganhou uma bolsa para o Salão da Cultura Francesa e a Teresa ganhou outra para o Salão Universitário. Porque ele não tinha dinheiro para fugir pro exterior não.

A ditadura civil-militar no Brasil só terminou em 1985, com a eleição indireta³ para presidente de Tancredo Neves (1910-1985), após o movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil: o “Diretas Já” (1983-1985).

É claro que, permitindo-me uma licença poética, *Libório* participou desse movimento, mesmo que de forma indireta, pois, nesse período, o *Baú* ainda girava pelos palcos brasileiros. Mas o *Delegado*, que também era o prefeito, o promotor e o juiz de *Pedra Furada*, tentou impedir que as ideias libertárias do palhaço chegassem até os cidadãos pedrafuradenses, proibindo as suas apresentações artísticas:

DELEGADO: O que há neste baú?

LIBÓRIO: Não posso dizer.

DELEGADO: Tem que dizer.

LIBÓRIO: Não posso porque é surpresa. Faz parte do espetáculo.

DELEGADO: Surpresa não existe e espetáculos são proibidos a esta hora.

(APOCALYPSE e MARTINS, 1974, p. 6).

E será que o *Delegado Godofredo* e o seu comparsa conseguiram impedir *Libório* de libertar *Pedra Furada* da opressão?

Muito pelo contrário, foi o palhaço, com o seu otimismo e com mensagens de amor, arte e imaginação — que lembram frases do escritor francês Saint-Exupéry (1900-1944) — que conseguiu mudar o caráter do ditador e fez com que as pessoas da cidade voltassem a sorrir, festejar e contar histórias. Logo, a cidadezinha ficou mais florida e mais colorida e pode abrir suas portas para as representações artísticas que há muito não aconteciam.

Referências bibliográficas

APOCALYPSE, Álvaro; MARTINS, Maria do Carmo Vivacqua. **Um Baú de Fundo Fundo**: peça para teatro de bonecos (texto datilografado). Giramundo Teatro de Bonecos: Lagoa Santa, 1974.

MARTINS, Maria do Carmo Vivacqua (MADU). **Processos criativos, cultura, identidade e nacionalismo em Um Baú de Fundo Fundo e em Cobra Norato**. Entrevista oral concedida a Luciano Oliveira. Lagoa Santa, 25 de jul. de 2009. Entrevista não-publicada.

SILVA, Francisco C. T. **A Modernização Autoritária**: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) et al. *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

³ Aliás, essa foi a grande derrota do movimento “Diretas Já”. A eleição ocorreu apenas no Congresso, em que Tancredo Neves disputou com Paulo Maluf, saindo vitorioso o primeiro, mas não podendo assumir, já que faleceu. Quem assumiu, então, foi o seu vice José Sarney – diga-se de passagem, cria da ditadura civil-militar. A primeira eleição direta só ocorreu em 1989. Enfim, outra informação importante: atualmente, é unânime entre os historiadores utilizarem o termo ditadura civil-militar, pois houve um amplo apoio por parte da sociedade civil, sobretudo empresários, Igreja Católica e alguns jornais, como *Folha de São Paulo*, *Estadão*, dentre outros.